Art. 4º O pedido de registro de Indicação de Procedência deverá referir-se a um único nome geográfico.

Art. 5º O pedido de registro de Indicação de Procedência conterá:

I – requerimento, do qual conste:

a) o nome geográfico; e

b) a descrição do produto ou serviço;

II – instrumento hábil a comprovar a legitimidade do requerente, na forma do art. 3º;

III – regulamento de uso do nome geográfico.

IV – instrumento oficial que delimita a área geográfica;

V – documentos que comprovem ter o nome geográfico se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação de serviço a que se refere a Indicação de Procedência;

VI – documento que comprove a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso exclusivo da Indicação de Procedência, bem como sobre o produto ou a prestação do serviço distinguido com a Indicação de Procedência;

VII – documento que comprove estarem os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou prestação do serviço.

VIII – etiquetas, quando se tratar de representação gráfica ou figurativa da Indicação de Procedência ou de representação de país, cidade, região ou localidade do território, bem como sua versão em arquivo eletrônico de imagem;

IX – procuração, se for o caso, observando o disposto nos art. 11 e 12; e

X – comprovante do pagamento da retribuição correspondente.

Parágrafo único. O requerimento e qualquer outro documento que o instrua deverão ser apresentados em língua portuguesa,

incluindo a tradução simples de qualquer documento em língua estrangeira, observado o disposto no art. 6º.

Art. 6º Em se tratando de nome geográfico estrangeiro já reconhecido como Indicação de Procedência no seu país de origem ou reconhecido por entidade ou organismo internacional competente, fica dispensada a apresentação das informações de que trata o art. 5º que tenham sido devidamente descritas no documento oficial comprobatório da Indicação de Procedência, o qual deverá ser apresentado em cópia oficial, acompanhado de tradução.

Parágrafo único. As informações de que trata o art. 5º que porventura não estejam descritas no documento oficial comprobatório da Indicação de Procedência deverão ser apresentadas em documento complementar no depósito do pedido de registro.

Art. 7º Apresentado o pedido de registro de Indicação de Procedência, será ele identificado em protocolo e submetido a exame formal, durante o qual poderá ser formulada exigência para a sua regularização, a qual deverá ser respondida no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de arquivamento definitivo do pedido de registro.

Art. 8º Concluído o exame formal, o pedido de registro será publicado para apresentação de manifestação de terceiros no prazo de 60 (sessenta) dias, concedendo-se novo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do pedido de registro, para a interposição de contestação.

Art. 9º Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, será efetuado o exame do pedido e proferida a decisão quanto ao reconhecimento da Indicação de Procedência.

§ 1º Deferido o pedido de registro, o respectivo certificado de registro será simultaneamente concedido e expedido, seguindo-se a correspondente publicação do ato de deferimento e de concessão do registro da Indicação de Procedência.

§ 2º Havendo previsão de retribuição para expedição do certificado de registro de Indicação de Procedência, a entrega deste documento ficará condicionada ao correspondente recolhimento.

§ 3º Não havendo previsão de retribuição para expedição do certificado de registro de Indicação de Procedência, este documento será expedido e entregue após a publicação da concessão do registro.

§ 4º O pedido de registro será indeferido quando não forem observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. A autarquia federal responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria examinará eventuais recursos interpostos pelas partes quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de registro, nos termos dos arts. 212 e seguintes da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 11. Os atos previstos nesta Lei serão praticados pelas partes ou por seus procuradores, devidamente habilitados e qualificados.

§ 1º O instrumento de procuração, no original, traslado ou fotocópia autenticada, deverá ser apresentado em língua portuguesa, dispensados a legalização consular e o reconhecimento de firma.

§ 2º A procuração deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias contados da prática do primeiro ato da parte no processo, independente de notificação ou exigência, sob pena de arquivamento definitivo do pedido de Indicação de Procedência.

Art. 12. A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações.

Art. 13. Os atos da autarquia federal responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria nos processos administrativos referentes ao registro de Indicações de Procedência só produzirão efeitos a partir de sua publicação no respectivo órgão oficial, ressalvados:

I – as decisões administrativas, quando feita notificação por via postal ou por ciência dada ao interessado no processo; e

II – os pareceres e despachos internos que não necessitem ser do conhecimento das partes.

Art. 14. Não serão conhecidos a petição, a oposição e o pedido de reconsideração quando:

I – apresentados fora do prazo previsto nesta Lei;

II – não contiverem fundamentação legal; ou

III – desacompanhados do comprovante do pagamento da retribuição correspondente.

Art. 15. Os prazos estabelecidos nesta Lei são contínuos, extinguindo-se automaticamente o direito de praticar o ato após o seu decurso, salvo se a parte provar que não o realizou por justa causa.

§ 1º Reputam-se como justa causa os eventos imprevistos e alheios à vontade da parte que a tenham impedido de praticar o ato.

§ 2º Reconhecida a justa causa, a parte praticará o ato no prazo que for concedido pela autarquia federal responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria.

Art. 16. No cômputo dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento.

Art. 17. Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a publicação do ato no órgão oficial da autarquia federal responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria.

Art. 18. Não havendo expressa estipulação nesta Lei, o prazo para a prática do ato será de 60 (sessenta) dias.

Art. 19. Para os serviços previstos nesta Lei será cobrada retribuição, cujo valor e processo de recolhimento são estabelecidos por ato do titular do órgão da administração pública federal a que estiver vinculada a autarquia federal responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.279, de 14/05/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, define indicação de procedência e tipifica crimes contra as indicações geográficas em geral. Referida Lei, entretanto, pouco avança além desses aspectos específicos referentes às indicações geográficas, de forma consentânea com um diploma legal de grande abrangência.

Tendo em vista a crescente importância das indicações geográficas no comércio nacional e mundial, porém, julgamos que é chegada a hora de trazer para a esfera das leis ordinárias um tratamento mais completo do tema. Assim, o presente projeto de lei busca especificar os requisitos a ser atendidos na requisição e na concessão do registro de indicação de procedência, incluindo, dentre outros, os proponentes, as informações a ser fornecidas e os prazos a ser cumpridos. Para tanto, adaptamos o texto de instrução normativa já vigente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Esperamos que a adoção das medidas aqui preconizadas contribua para o aumento da estabilidade e da previsibilidade das regras associadas a esse importante instrumento de proteção da propriedade industrial.

Por estes motivos, contamos com o apoio de nossos Pares congressistas para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em   de   de 2014.

Deputado DR. UBIALI